

# Acordo entre Sarney e evangélicos divide protestantes

julho de 1988 — POLÍTICA — 1.º caderno — A-11

## protestantes

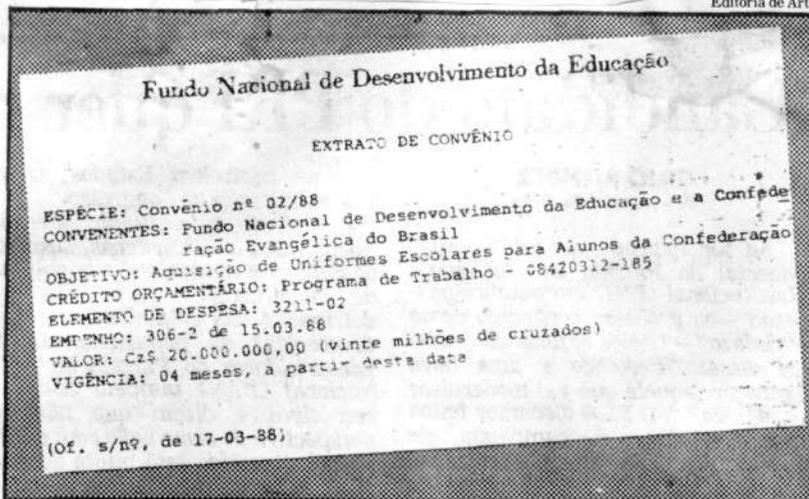
**DERMI AZEVEDO**  
Da Reportagem Local

A liberação, pelo presidente José Sarney, de verbas no valor de 128 milhões de cruzados para a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) —entidade desativada em 1964— em troca do apoio de parte da bancada evangélica no Congresso constituinte ao mandato presidencial de cinco anos, é o tema que causa a maior polêmica, hoje, nos meios protestantes brasileiros.

A Confederação foi fundada em 1932, por iniciativa do pastor presbiteriano Erasmo Braga, visando promover a unidade das Igrejas Evangélicas, colaborar na educação cristã, representá-las internacionalmente e atuar no campo da evangelização. Atingida pela repressão, em 1964, a CEB foi assumida por diretores próximos ao regime militar e se esvaziou política e administrativamente, até ressurgir no ano passado, em Brasília.

A primeira verba oficial —de 108 milhões de cruzados— foi doada a fundo perdido pelo presidente José Sarney, em novembro do ano passado, para a reorganização da entidade. Em 21 de março último, o Diário Oficial da União publicou o extrato de um convênio entre a CEB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação, cedendo 20 milhões de cruzados para a "aquisição de uniformes escolares para alunos da Confederação", que não tem escolas.

Coincidentemente, uma grande parte da diretoria da CEB é formada por constituintes evangélicos cinco-



Fac-símile do Diário Oficial da União de 21 de março de 1988, edição nº 4674

anistas, a começar pelo presidente, deputado federal Gidel Dantas (PMDB-CE), da Igreja de Cristo. Os outros diretores são os deputados federais Salatiel Carvalho (PFL-PE), pastor da Assembléia de Deus, 1º vice-presidente; Fausto Rocha (PFL-SP), diácono da Igreja Batista, 3º vice-presidente; Daso Coimbra (PMDB-RJ), da Igreja Congregacional, um dos principais articuladores do Centrão, 1º secretário; José de Oliveira Fernandes (PDT-AM), da Assembléia de Deus, 1º tesoureiro; Milton Barbosa (PMDB-BA), da Assembléia de Deus, 2º tesoureiro; Costa Ferreira (PFL-MA), da Assembléia de Deus, membro do Conselho Fiscal e Manoel Moreira (PMDB-SP), também da Assembléia de Deus, membro do Conselho Fiscal.

O 2º vice-presidente, pastor Abival Pires da Silveira, ex-presidente nacional da Igreja Presbiteriana Independente (IPI), diz que seu nome foi incluído "à revelia" na diretoria da CEB, empossada em 25 de junho do ano passado, em Brasília, na presença do então ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, do senador Marco Maciel (PFL-PE), do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e do ministro do Superior Tribunal Militar e ex-deputado federal Aldo Fagundes.

Logo depois da posse da diretoria, Fausto Rocha afastou-se da 1ª vice-presidência da CEB, alegando que "vê com muito zelo e cuidado o relacionamento da Igreja com órgãos governamentais" por causa de sua formação batista, embora dese-

jando à Confederação "todo o sucesso, com as bênçãos do Senhor". O secretário-geral da CEB, pastor presbiteriano Guilhermino Cunha, disse à equipe do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep), de Campinas, que a Confederação "está bombardeada por muitas incompreensões", mas não quis falar sobre as verbas do governo federal para a entidade. Guilhermino foi um dos integrantes da "comissão de notáveis" que preparou um anteprojeto constitucional, em 1987, sob a coordenação do jurista Afonso Arinos.

O presidente da CEB, deputado federal Gidel Dantas, justificou o recebimento das verbas: "Assim como a CNBB tem as suas pastorais, a CEB tem seus programas assistenciais e esse dinheiro é um retorno à comunidade, de onde veio através dos impostos". Acrescentou ainda que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (da Igreja Católica) "é tida como oposição e recebe dinheiro do governo". Afirmou depois que os 20 milhões recebidos do FNDE serão repassados aos 27 escritórios regionais da CEB, "para fazer 31 mil uniformes" a serem entregues às entidades ligadas às Igrejas.

Habitualmente refratária a iniciativas ecumênicas, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) aprovou o renascimento da CEB e decidiu reintegrar-se à entidade. Já a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) divulgou nota afirmando não poder reconhecer a Confederação "como representação legítima e oficial das igrejas evangélicas".

## 13 constituintes são da Assembléia de Deus

Da Reportagem Local

Entre os 33 parlamentares evangélicos no Congresso constituinte, 13 pertencem à Assembléia de Deus, a mais importante expressão pentecostal brasileira. A maioria deles tem posição política "conservadora" e anticomunista e uma exceção é a deputada petista carioca Benedita da Silva. Do total do Bloco Parlamentar Evangélico, pelo menos 18 exerceram forte influência na aprovação de emendas defendidas pelo governo federal, além de integrarem o bloco do Centrão. O autor da emenda dos cinco anos para o presidente José Sarney, aprovada pela maioria do Congresso, foi o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), membro da Assembléia de Deus, dono de emissoras de rádio em Curitiba (PR) e Florianópolis (SC), aguardando mais duas concessões de rádios em troca de seu empenho cincoanista.

Os membros da bancada evangélica



O deputado Matheus Iensen (PMDB)

ca são Antônio de Jesus (PMDB-G), Benedita da Silva (PT-RJ), Costa Ferreira (PFL-MA), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), João de Deus Antunes, expulso do PDT carioca e também beneficiário de concessão de rádio em troca do voto pelos cinco



A deputada Benedita da Silva (PT)

anos, José Fernandes (PDT-AM), José Vianna Santos (PMDB-RO), Manoel Moreira (PMDB-SP), candidato do governador Orestes Quercia à Prefeitura Municipal de Campinas, Milton Barbosa (PMDB-PA), Orlando Pacheco (PMDB-SC), Salatiel de Carvalho (PFL-PE), Sotero

Cunha (PDC-RJ) e Matheus Iensen, todos membros da Assembléia de Deus, além dos batistas Arolde de Oliveira (PFL-RJ), Edésio Frias (PDT-RJ), Enoch Vieira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Fausto Rocha (PFL-SP), Gidel Dantas (PMDB-CE) e Nelson Aguiar (PMDB-ES), dos presbiterianos Celso Dourado (PMDB-BA), Levi Dias (PFL-MS) e Rubem Branquinho (PMDB-AC), dos congregacionais Daso Coimbra (PMDB-RJ) e Lysâneas Maciel (PDT-RJ), de Jayme Pagliarin (PTB-SP), secretário administrativo da Igreja do Evangelho Quadrangular, e Mário de Oliveira (PMDB-MG), dessa mesma igreja, Naphtali Alves (PMDB-GO), da Igreja Cristã Evangélica, Roberto Lopes (PTB-RJ), da Igreja Universal do Reino de Deus, Luiz Soyer (PMDB-GO), Roberto Vital (PMDB-MG) e Lézio Sathler (PMDB-ES). A senadora Eunice Michiles (PFL-AM) é adventista. (DA)